

Ofício H-0.427/2026

CI nº 3.718/2026

Na data da assinatura digital

Assunto: Informações sobre implantação de rede de esgoto no bairro Jardim São José, município de Embu-Guaçu.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Trata-se do ofício encaminhado por esta Câmara Municipal de Embu-Guaçu, por meio do qual é remetida a Moção nº 111/2025, de autoria da Vereadora Marcia Almeida, que solicita informações referentes à implantação da rede de esgoto no bairro Jardim São José, situado neste município

Em atenção ao solicitado, informamos que a relação entre esta Companhia e o Município de Embu-Guaçu é regida pelo Contrato de Concessão nº 01/2024, vigente desde 23 de julho de 2024. Deste modo, conforme os termos contratuais, o atendimento da localidade está condicionado à conclusão das etapas de projeto, bem como à obtenção das licenças ambientais, liberações dominiais necessárias e inexistência de impedimentos legais, sendo prevista sua implementação até o ano de 2029, sendo que eventuais prioridades serão avaliados em conjunto com os representantes dessa municipalidade.

Sendo o que havia para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima, e seguimos à disposição para outros esclarecimentos necessários.

Meunim Rodrigues de Oliveira Junior
Diretoria de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Exmo. Senhor Presidente
JOÃO DOMINGUES MENDES
Câmara Municipal de Embu-Guaçu



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6D9E-A466-A22A-91F1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MEUNIM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR (CPF 112.XXX.XXX-36) em 02/02/2026 11:43:28

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/6D9E-A466-A22A-91F1>



Câmara Municipal da Estância Turística de Tupã
Estado de São Paulo

Praça da Bandeira, 222 – CEP 17600-380 - Fone (14) 3404-2000
TUPÃ – SP – e-mail: camara@camaratupa.sp.gov.br

OF/CG/ 16/2026

Tupã, 3 de fevereiro de 2026.

Senhor (a) Presidente:

Com nossa cordial saudação, vimos à presença de Vossa Excelência, para encaminhar a Indicação nº 16/2026, de autoria do Vereador Alexandre Scombatti para, que busca junto ao Presidente da Câmara dos Deputados, a adoção das providências necessárias para agilizar, a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, com a finalidade de atualizar os limites de receita bruta anual para enquadramento do Microempreendedor Individual, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no regime do Simples Nacional, bem como instituir mecanismo de correção periódica desses valores com base na inflação, de modo a viabilizar, posteriormente, sua inclusão na Ordem do Dia e a apreciação célere pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Encaminhamos, apensa a este, cópia da citada indicação, para que Vossa Excelência tenha pleno conhecimento das considerações formuladas.

Certos de sua atenção, e na expectativa do prestigioso apoio à presente propositura, antecipamos agradecimentos, renovando a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Solicitamos que eventuais respostas a este ofício sejam encaminhadas no endereço eletrônico: camara@camaratupa.sp.gov.br.

Atenciosamente,

MARCOS ROGÉRIO GASPARETTO
Presidente

Exmo. (a) Senhor (a)
Câmara Municipal
Nesta



Indicação Nº 16/2026

INDICAMOS, após cumpridas as formalidades regimentais e ouvido o Plenário, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, solicitando a adoção das providências necessárias para agilizar, junto aos Líderes Partidários e no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, de autoria do Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT), já aprovado por unanimidade pelo Senado Federal, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a finalidade de atualizar os limites de receita bruta anual para enquadramento do Microempreendedor Individual, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no regime do Simples Nacional, bem como instituir mecanismo de correção periódica desses valores com base na inflação, de modo a viabilizar, posteriormente, sua inclusão na Ordem do Dia e a apreciação célere pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

INDICAMOS, AINDA, que sejam enviados ofícios aos Líderes Partidários com assento na Câmara dos Deputados, bem como ao Deputado Federal Luiz Carlos Motta (PL-SP), solicitando o apoio político e institucional necessário à aprovação da presente proposição, além do encaminhamento de comunicação ao Senador Jayme Campos, informando-o acerca desta iniciativa.

INDICAMOS, TAMBÉM, o encaminhamento de ofícios às principais Prefeituras e Câmaras Municipais do Brasil, do Estado de São Paulo e da região, solicitando que manifestem apoio à presente iniciativa e atuem em sua mobilização, intercedendo junto aos Deputados Federais de suas respectivas bases e incentivando outras prefeituras e câmaras municipais a aderirem ao movimento, medida que busca reforçar a importância da atualização dos limites do Simples Nacional como instrumento de fortalecimento do empreendedorismo e do desenvolvimento econômico.



Câmara Municipal da Estância Turística de Tupã



Estado de São Paulo

PRAÇA DA BANDEIRA, 222 - CEP: 17.600-380 - CAIXA POSTAL 31 - TUPÃ-SP

INDICAMOS, POR FIM, que sejam enviados ofícios ao Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Senhor Paulo Ziulkoski, e ao Presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Senhor Washington Quaqué, comunicando-lhes nossa iniciativa e solicitando o apoio necessário à presente propositura.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

O referido pleito foi apresentado pelo empresário tupãense Humberto Saito, conhecido como “Beto da Karazawa”, então Secretário de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior do Município de Tupã, além de outros empresários da região, refletindo demanda concreta do setor produtivo, especialmente dos pequenos empreendedores.

O Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, possui elevada relevância econômica e social, pois busca corrigir a significativa defasagem inflacionária acumulada ao longo dos últimos anos nos limites de enquadramento do Simples Nacional — regime tributário simplificado que unifica impostos e reduz a burocracia para micro e pequenas empresas — a qual tem reduzido substancialmente o alcance real do regime e provocado, de forma indireta, o aumento da carga tributária sobre micro e pequenos empreendedores, sem correspondente crescimento de sua capacidade econômica.

A proposição atualiza os limites anuais de faturamento, permitindo que o Microempreendedor Individual aufera receita de até R\$ 144.913,41, a Microempresa até R\$ 869.480,43 e a Empresa de Pequeno Porte até R\$ 8.694.804,31, além de instituir mecanismo de correção periódica desses valores com base no IPCA, medida indispensável para evitar novas perdas inflacionárias e conferir maior previsibilidade ao setor produtivo.

Ressalte-se que os limites atualmente vigentes permanecem congelados há vários anos e não refletem a realidade econômica do País, resultando na exclusão de milhares de empreendedores do Simples Nacional unicamente pelo efeito inflacionário, mesmo sem aumento real de faturamento, o que compromete a geração de empregos, a formalização e a sustentabilidade dos pequenos negócios.

Nesse contexto, a aprovação do PLP nº 108, de 2021, mostra-se urgente e estratégica para restabelecer a coerência entre a política tributária e a realidade econômica brasileira. O Simples Nacional constitui um dos principais instrumentos de inclusão produtiva, estímulo ao empreendedorismo e geração de empregos, especialmente nos âmbitos local e regional; sua atualização fortalece o ambiente de negócios, promove justiça fiscal, preserva postos de trabalho e reafirma o compromisso do Estado brasileiro com o desenvolvimento sustentável e a competitividade das micro e pequenas empresas, pilares fundamentais da economia nacional.



Câmara Municipal da Estância Turística de Tupã



Estado de São Paulo

PRAÇA DA BANDEIRA, 222 - CEP: 17.600-380 - CAIXA POSTAL 31 - TUPÃ-SP

A inclusão dos prefeitos e das Câmaras Municipais é estratégica, pois o Simples Nacional impacta diretamente os municípios na geração de empregos, na arrecadação do ISS e na sustentabilidade das micro e pequenas empresas. Enquanto os prefeitos conferem maior peso institucional por representarem o Poder Executivo e manterem diálogo direto com as bancadas federais e entidades municipalistas, as Câmaras Municipais reforçam a legitimidade da pauta ao expressarem a voz do Legislativo local, demonstrando união institucional e ampliando a força do pleito junto ao Congresso Nacional.

Diante desses e de inúmeros outros fatores que reforçam a importância da medida, apresentamos a presente proposição.

Sala das Sessões “vereadora Cacilda do Carmo Lentini Elias”, 30 de janeiro de 2026.

Atenciosamente,

ALEXANDRE SCOMBATTI

Vereador - PL